

Líbano: nação ou agregado de grupos religiosos?

JAMIL ZUGUEIB NETO E FÁBIO BACILA SAHD

A violência colonialista e não uma “identidade nacional” uniu tribos antagônicas. A penetração do cristianismo no território hoje ocupado pelo Líbano estimulou o surgimento de grupos políticos e culturais distintos. Quando cada grupo étnico-cultural-religioso forja para si um passado mítico, como agregá-los num “sentimento nacional”?

Palavras-chave: Líbano, Etnia, Identidade Nacional, Tensões Sectárias.



Lebanon: nation or an aggregation of religious groups?

The colonial violence and not a “national identity” united antagonistic tribes. The penetration of Christianity in the territory now occupied by Lebanon stimulated the emergence of political groups and distinct cultures. When each ethnic-cultural-religious group forged for itself a mythical past, how will they aggregate themselves into a “national sentiment”?

Key words: Lebanon, Ethnicity, National Identity, Sectarian Tensions.

Jamil Zugueib Neto: Doutor em Psicologia Social pela Universidade Toulouse Le Mirail e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

Fábio Bacila Sahd: Mestrando em História na Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do Núcleo de Estudos e Processos Identitários, Etnias, Migrações e Crises.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo antes da criação de um Estado libanês, as populações que habitavam aquele território já se caracterizavam por marcadas cizânias sectárias. Às identidades religiosas mesclavam-se o preconceito, os interesses políticos conflitantes e a hegemonia de umas sobre as outras, resultando em recorrentes embates armados e deslocamentos populacionais. Esta convivência concorrencial e excludente veio a desenvolver a desconfiança mútua e provocar um movimento centrífugo em direção à comunidade de pertencimento, precipitando por sua vez a rigidificação das suas fronteiras simbólicas e um processo de seleção exclusivista de traços, de fatos históricos e de valores que pudessem ser considerados representativos de determinado grupo nativo.

Com a criação de um Estado Nacional em 1920 sob o mandato francês, que ao mesmo tempo serviria aos seus interesses como um posto avançado no Oriente Médio, populações tradicionalmente rivais e sem nenhum desejo de coabitarem foram obrigadas a conviver sob a égide de um Estado comum, pretensamente representante dos interesses coletivos. Assim, no cerne da concorrência imperialista europeia, criou-se um Estado tampão, destituído de uma comunidade nacional coesa, cujos laços contraditórios de um engajamento nacionalista local se conflitavam com as conexões ideológicas regionais (o Islã e o arabismo) e na sua relação com o Ocidente. Este fato terá até os dias de hoje consequências nefastas para o país.

Com a independência em 1943 o Líbano passa a ser administrado por um sistema comunitarista, o qual irá tentar gerenciar o jogo de força e a complexidade de interesses políticos, ideológicos e econômicos engatados ao pertencimento religioso e às relações tribais.

Esta especificidade será marcada profundamente pela oposição intercomunitária e apego diferenciado àquelas montanhas. Tal situação vai insuflar a cooperação ou o rancor em sucessivos momentos do seu desenvolvimento.

Este pequeno país já vem marcado na sua história pelos projetos da comunidade maronita de vir a ser uma ilha cristã (e ocidental) no mar muçulmano. Mencionada ideia já se esboçava no século XVI quando seus “monges guerreiros” solicitaram ao papa adesão à Igreja latina, desde que fosse respeitada a liberdade dos seus clérigos contraírem casamento e de continuarem a realizar seus rituais religiosos na tradição oriental e na língua de Cristo. Como o papa tinha interesses políticos nas regiões de Jerusalém, o pedido foi aceito contanto seus jovens clérigos recebessem

sua formação nos seus seminários e na língua latina. E em seguida foram enviados os primeiros estudantes para Roma.

A comunidade maronita sempre liderou as reivindicações particularistas cristãs locais, mas alguns dos seus intelectuais estiveram à frente de importantes movimentos culturais de revalorização da cultura árabe (como a Nahda, no final do século XIX), além de terem fundado a primeira imprensa do país e publicado o primeiro dicionário árabe. No início do século anterior, esse grupo confessional, para realçar sua fantasiosa diferença do povo árabe, criou o mito da descendência dos antigos fenícios. Assim, descenderia de um povo empreendedor e destemido, de cultura refinada e que marcou a história pela criação do alfabeto utilizado no Ocidente. A história da formação do país pode ser associada às relações destes com os druzos, formadores de uma reputada comunidade guerreira que se autointitulava “os senhores da montanha”. O Império Otomano chegou a lhes conceder, pela resistência abnegada a se submeter, a liberdade de gerir aquelas montanhas durante seu império.

Esta relação “simbiótica”, que se alternou entre períodos de cooperação com outros de violentos enfrentamentos, repercutiu na guerra civil de 1975-1991, quando se formaram dois campos. O grupo dos cristãos, de direita e pró-ocidental, composto por três partidos e liderado pelas tradicionais famílias maronitas, era pela expulsão dos muçulmanos e contra a causa palestina, com vistas à fundação de um país totalmente cristão. Tinha aliança com Israel que lhes forneceu armas e treinamento militar. O outro campo foi comandado pelo líder “progressista” druzo Kamal Joumblat (armado pela URSS), que fundou o Movimento Nacional aliando outros líderes muçulmanos. Defendia um Líbano plural e de raízes árabes, como está escrito em sua Constituição (ZUGUEIB, 2000).

Como no Líbano o sentimento nacionalista passa antes de tudo pelo pertencimento comunitário, esta visão será isolacionista e incentivadora da competição nas construções de um discurso que represente os anseios da sociedade libanesa. Impotentes para impor uma diretriz, o Estado e seus representantes tornam-se neste conflito um regulador destas tensões.

Delineada esquematicamente a questão que nos interessa, expomos na sequência a dificuldade no Líbano de se ultrapassar a memória de sofrimento e o ressentimento étnico, o que abriria o caminho para o gerenciamento do Estado e fomentaria um desejo de viver juntos fundamentalmente no sentimento de pertença nacional comum. Em outras palavras, a questão exposta versa sobre as dificuldades de se extirpar as tensões sectárias no Líbano desde sua fundação, criar uma coesão

nacional e, assim, constituir uma identidade social capaz de superar os traumas gerados pelas conflituosas relações comunitárias estabelecidas desde tempos remotos.

Passemos então à nossa fundamentação quanto aos conceitos de identidade e seus processos e de grupo étnico, que serão referências teóricas básicas para a compreensão do nosso propósito.

2 IDENTIDADES E ETNIAS

O sentimento de identidade de um sujeito, antes de tudo, caracteriza-se por uma permanente construção imaginária, a qual vai refletir a concepção que ele tem de si mesmo. Estará aí incluída uma história que ele conta a si próprio e um projeto (consciente ou inconsciente) de vida augurada. Ademais, ela será alimentada pelo desejo individual, que irá provocar as fantasias e as ilusões pessoais. Estas últimas serão imagens resultantes de mecanismos subjetivos frutos de interações com pessoas significativas do seu *entourage*. A dinâmica de fatores psicológicos como a introjeção e a projeção vai ocasionar a internalização de significações e de marcas, que serão compartilhadas mutuamente, vindo a estabelecer as mesmas representações imaginárias para determinado grupo. Elas serão intenções de um lugar a ser atingido, misto de devaneios, utopia e mito, mas que instigam (é o próprio motor do) o que-fazer diário do sujeito. A identidade de um sujeito guardará, pois, relação com a construção de um sentido de vida conectado com seu grupo que o acompanhará em seu percurso existencial. Este processo inicia-se nas relações originais estabelecidos pela criança com sua família e obviamente tomando seus pais e suas mensagens como modelos. Será seu engate na cultura. Podemos nos referir a traços que serão impressos, introjetados nas suas diversas etapas de desenvolvimento: valores, normas comportamentais, interdições e demais significações sociais que, mais tarde, garantirão ao jovem, já talhado nas suas interações, a adesão e o reconhecimento da sua coletividade. Esta transmissão familiar, sublinhamos aqui para nossos propósitos, vai modelar seu inconsciente, dando forma à sua expressão advinda das características contextuais de seu tempo. A perseguição de um ideal de completude existencial será configurada de acordo com as significações da sua comunidade e terá elementos compartilhados por outros indivíduos das suas relações. Este encontro de propósitos conduzirá às identificações sociais, tendo como elo de interligação o pensamento ou o discurso comunitário. Ideologia, crenças e a memória social irão se engatar, então, como referência e orientação grupal. A

introjeção e a integração interna individual, que não excluem as contradições e os conflitos, tornarão o sujeito coletivo um dos componentes deste laço, onde todos estarão submetidos às exigências sócio-históricas comuns. O que os vai diferenciar serão suas particularidades na maneira de subjetivar suas experiências de vida.

Portanto, o processo identificatório individual só é possível na relação de alteridade, e tomando seu desenho coletivo o sujeito estará repleto das suas significações. Como observa Tajfel (1972, p. 292), “a identidade social de um indivíduo está vinculada à consciência de sua pertença a certos grupos sociais e à significação emocional e valorativa que resulta dessa pertença”. Para sintetizar, o grupo étnico terá o papel de referência de sentido, de reconhecimento de si e de acolhimento afetivo, enquanto a identidade coletiva que dele se destaca será articulada, como já assinalado, entre o nível individual e o nível social e se torna a interface entre o pessoal e o coletivo (ZUGUEIB, 2000).

Para Weber, primeiro autor a se ater sobre o conceito de etnia de maneira específica, a raça é definida por uma origem comum, mas a etnia é fundada sobre a crença nessa origem. Cohen (1978) acrescenta que ela é orientada para um passado comum e frequentemente mítico. Consequentemente esta crença irá promover um sentimento de filiação, parentalidade e de um destino comum. Uma memória social compartilhada irá sendo tecida e transmitida entre as gerações, fazendo o laço entre os indivíduos com o seu passado. Ela fará parte, junto com os ícones de significação identitária, de um imaginário grupal contido pelas suas fronteiras simbólicas.

Para nossos estudos realizados no Líbano, a visão sociológica do grupo étnico de Frederick Barth mostrou ser um excelente instrumento de leitura e de apreensão da intrincada teia social onde nossos sujeitos se debatem.

Frederik Barth possibilita um estudo dos grupos étnicos ao propor uma aproximação situacional, subjetivista, interacional simbólica e dinâmica (BARTH, 2000). Para o autor, uma etnia desenvolve-se nos processos de exclusão e incorporação de características, nos quais as categorias discretas de identificação se mantêm, e estas poderão ser utilizadas como seus emblemas diferenciadores. Nesse percurso grupal, haverá os elementos e as relações sociais estáveis e persistentes aos quais cabe manter as fronteiras entre o “nós” e o “eles”.

Em suma, Barth concebe o grupo étnico como uma união de membros que se identificam e são identificados pelos outros, como

constituintes de uma categoria passível de ser distinguida de outras da mesma ordem. Em outras palavras, denota um agregado de indivíduos colocados em condições comuns ou percebidos como similares por eles mesmos ou pelos *outsiders*. Destarte, os grupos étnicos se constituem de indivíduos que se autoatribuem uma mesma origem, com um sentimento de pertença comum e instituições unificadoras. Nas interações intergrupais, quando o sujeito étnico tem o contato com o diferente, os traços a sobressair não serão as diferenças objetivas (como língua, etc.), mas somente aquelas que os atores, eles mesmos, reputam como significativas. Portanto, há uma seleção dos traços culturais a serem utilizados como os sinais e emblemas da diferença.

3 UM RESUMO DO TRAJETO HISTÓRICO DO LÍBANO

Considerando-se a história contemporânea da população libanesa, percebe-se que desde o princípio do século XIX seus grupos já apresentam as tensões étnico-confessionais responsáveis por recorrentes escaramuças e guerras. As relações entre druzos e maronitas já vinham se deteriorando até culminarem em um conflito aberto em 1840. A tentativa de resolução foi a implementação do sistema *Qa'im Maqamiya*, no caso, a divisão do Monte Líbano em duas regiões: a sul, governada pelos druzos, e a norte, pelos cristãos (SALIBI, 2006).

Contudo, tal divisão do poder desagradou a ambas as partes, e repercutiu em uma nova onda de violência. Em 1845, o governo otomano interveio novamente para fazê-la cessar, mas outra vez malogrando, não conseguiu conter a série de conflitos sucessivos. Concomitantemente às rivalidades étnicas entre druzos e maronitas, ocorreram diversas disputas entre famílias notáveis de uma mesma confissão pela hegemonia do seu grupo. Essas, em virtude de pessoas de outras seitas serem recrutadas para combater, faziam recrudescer ainda mais as tensões sectárias (TRABOULSI, 2007).

A culminância da violência verificou-se em 1860, quando milícias druzas associadas às lideranças otomanas perpetraram massacres de cristãos. Fato marcante nesses eventos, que denota o rancor étnico passado de geração para geração, é o cerco da capital católica Zahle por tropas druzas, no intuito de punir seus habitantes pela participação em uma campanha militar realizada no ano de 1839 e outra entre 1841 e 1842 (batalha de Shtura). Cabe lembrar que, durante os eventos de 1860, em meio à violência generalizada, ambos os lados praticaram atrocidades, resultando em deslocamentos populacionais e no aumento do ódio e da desconfiança na memória coletiva (TRABOULSI, 2007).

Diante do grande número de mortos entre os cristãos – aproximadamente 11 mil morreram nas terras libanesas e 12 mil feneceram em apenas um dia em Damasco –, a França, há tempos considerada protetora dos maronitas e demais católicos, interveio militarmente e convocou uma conferência europeia em Beirute para reorganizar o Monte Líbano.¹ Assim, em 1861, foi promulgado um regulamento orgânico tornando a região uma *mutassarafia* (território administrativo com razoável autonomia dentro do Império Otomano), garantida internacionalmente e sob um governo cristão otomano chamado *mutassarif*, apontado e enviado de Istambul com aprovação e resguardo das potências europeias (SALIBI, 2006).

O sistema da *mutassarafia* perdurou até 1915, quando, após a deflagração da Primeira Guerra Mundial, os otomanos novamente impuseram o controle direto na região. Como sublinha Kamal Salibi, esse regime legou ao Monte Líbano um governo que trouxe estabilidade e avanços no desenvolvimento social. Kais Firro (2003) destaca a relevância deste governo em prover ao futuro país certa tradição como entidade política e administrativa autônoma, a qual, resgatada posteriormente à Primeira Guerra Mundial, deu o impulso para legitimar os anseios independentistas de correntes de libaneses nacionalistas.

É nesse contexto da guerra que se torna relevante a questão da independência do Líbano e as discussões sobre a dimensão física do futuro país, um dos principais pontos dos conflitos internos ao longo da primeira metade do século XX. Concernente ao sentimento nacional libanês, seus vestígios mais remotos se localizam nos escritos do bispo maronita Niqula Murad na década de 1840, que defendia um nacionalismo com vistas a um Estado-nação. Conforme Firro (2003), é nesse momento que se inicia a tradição de independência nacional, que afirma estarem suas raízes no final do século XVI e defende os estreitos vínculos mantidos com a França “desde os tempos dos cruzados”.

Consoante Daniel Pipes (1990), os clamores do separatismo libanês surgiram entre os maronitas como um desejo espontâneo e difundido de se livrarem de governos muçulmanos. Asher Kaufman (2004) aponta na mesma direção: o libanismo foi concebido em um contexto político cristão conservador e articulado pelo clero maronita, o qual participou ativa-

1 Afora essa exacerbação nas lutas étnicas pela hegemonia da montanha em meados do século XIX, à medida que declinava o poder de elites locais e o governo otomano buscava implementar uma lei de terras para arrecadar mais impostos, também ocorreram uma série de levantes camponeses. Segundo Fawwaz Traboulsi (2007), foi sangrenta a transição de um sistema feudal para o capitalismo periférico nas terras libanesas.

mente do jogo político, servindo como força maior na construção de uma consciência nacional libanesa.

Quanto ao seu desenvolvimento, conforme Pipes sustenta, as demandas políticas não teriam cessado com a criação da região autônoma do Monte Líbano, em 1860, pelo contrário, começaram a se difundir. Passaram a circular ideias divergentes atinentes às fronteiras da *mutassarrafia*: enquanto uns defendiam a anexação das áreas contíguas outros se opunham. A questão era um Grande Líbano mais viável economicamente, entretanto com um equilíbrio intersectorário, ou a área original com predominância cristã maronita.

Desconsiderando essas discussões sobre as fronteiras, Kaufman (2004) advoga que, após um período de esquecimento, o libanismo reapareceu somente no início do século XX em uma forma laica e como resultado de problemas sociais internos com a *mutassarrafia*. Ademais, estava fragmentado e disputava espaço com outras perspectivas políticas quanto à resolução da “Questão Libanesa”, sendo predominante a alternativa de união com a Síria. Segundo o autor, teria sido somente no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial que diferentes correntes separatistas começaram a convergir em um apelo para a formação de um Estado independente, fundamentado em uma construção histórica linear que remonta aos antigos fenícios.

Na contracorrente desse posicionamento que se tornou hegemônico, sustentado por maronitas e demais cristãos (sobretudo católicos), outras propostas políticas disputaram a adesão local, notadamente o nacionalismo sírio, árabe e islâmico. A concretização das pretensões imperialistas francesas no levante, com o estabelecimento do sistema de mandatos, delineou melhor a questão. Para manter um posto avançado estável na região escudado por elites locais, a mandatária continuou a apoiar os maronitas e criou o Grande Líbano independente, anexando regiões e suas respectivas populações até então sem vínculos diretos com o monte homônimo e contrárias a tal convívio forçado.

Sob essa égide francesa e maronita estava garantida a continuidade das tensões sectárias e semeada a gênese das catástrofes do século XX. Afinal, considerável parcela da população anexada ao neonato Estado era contrária à sua existência. Se de um lado, já antes da Primeira Guerra Mundial, havia os defensores de um Grande Líbano independente, sua declaração em atendimento a esses rogos avivou a oposição de muitos dos seus novos habitantes. Segundo Salibi (2006), se para quase todos os maronitas e muitos outros cristãos os libaneses eram libaneses e os

sírios eram sírios ou o que quer que eles dissessem ou quisessem ser, o mesmo não era válido para outros habitantes do Estado recém-criado.

As cisões ficam claras em 1918 quando tropas francesas desembarcaram em Beirute. Enquanto os muçulmanos apoiadores do breve governo de Faysal – estabelecido na Síria ao final da Primeira Guerra Mundial e em decorrência da Revolta Árabe – se opuseram e ficaram apreensivos, maronitas e outros cristãos acorreram ao porto e às ruas com bandeiras clamando-os seus salvadores. O conflito recrudescceu ainda mais quando voluntários maronitas se juntaram ao Exército francês para lutar contra as tropas do rei Faysal e impor o controle franco na Síria. Não suficiente, comemorações públicas dessa vitória também não foram esquecidas (SALIBI, 1988).

Em suma, como se percebe, nesse contexto inicial, enquanto sobretudo cristãos maronitas, apoiados pelas autoridades francesas, queriam consolidar o Estado recém-criado pelo jugo imperial, outros queriam destruí-lo o mais breve possível. Destarte, desde o princípio, arabismo e serialismo, amalgamando os descontentes sob seus estandartes e atuantes dentro e fora das fronteiras libanesas, mantiveram-se em confronto com o libanismo e a recém-criada entidade. Se o nacionalismo libanês era apoiado quase em sua totalidade por cristãos, mormente maronitas, o arabismo e o sirianismo conjugavam elementos dissidentes dessas confissões com membros das demais seitas, dando a eles uma incipiente coesão que descartava a origem comunitária dos seus participantes. Tal oposição, que em um primeiro momento se manifestou por um boicote quase generalizado dos muçulmanos, em vários aspectos fundamentais dificultou a consolidação do Estado e questionou sua legitimidade.

A maioria dos druzos, que inicialmente não se opuseram à criação do Grande Líbano, em nome do pan-arabismo (pelo menos até o momento em que tal ideologia não ganhou um caráter sunita), passou a contestar os maronitas e o nacionalismo libanês. Em 1925, quando a França impôs medidas administrativas que feriam práticas e interesses tradicionais no Jabal Druzo (região habitada pela seita), eclodiu um movimento (Revolta Druza) que ganhou apoio entre outros grupos confessionais e contornos nacionalistas árabes e sírios (SALIBI, 1988).

Ao longo do século XX a população multiconfessional do Líbano continuou se envolvendo em constantes enfrentamentos e derramamentos de sangue, que até hoje causam a instabilidade dominante no país. Nos anos 1920 e 1930, ligadas ao questionamento da própria legitimidade do Estado separado estavam também as disputas acerca da manutenção

ou não do mandato francês, dissidências estas que contribuíram para acirrar os ânimos e dividir a população. De forma geral, nos anos do mandato, as discórdias e os confrontos resultantes apontavam para a mesma direção: a falta de coesão integrativa e a artificialidade e inviabilidade do Estado, que prenunciavam as catástrofes do porvir. Entretanto, tal verdade era negada pelas elites tradicionais, demasiado preocupadas com seus próprios interesses.

Se na *mutassarrafia* a perspectiva histórico-social maronita fundamentava todo o sistema político, com a criação do Grande Líbano esta passou a integrar somente uma parte da nação. O mesmo é válido para a ideologia fenicianista que se cristalizou após a guerra e foi utilizada inicialmente pelos cristãos como justificção histórica para a existência de uma distinta comunidade nacional. Alegando semelhanças étnicas e culturais não árabes entre a população libanesa, a princípio o fenecianismo foi negligenciado pela maioria da população anexada e por um grande número dos habitantes do Monte Líbano, que não reconheciam essa identidade como sua própria. Ou seja, a narrativa histórica nacional que legitimava o incipiente Estado era desconhecida por muitos cristãos e negada pela população muçulmana.²

Um consenso muito frágil começou a se estabelecer em 1936, quando a ação de movimentos nacionalistas no Oriente Médio e negociações no plano regional repercutiram diretamente no Líbano, notadamente a Revolta Palestina e os tratados anglo-egípcio, anglo-iraquiano e franco-sírio. Se, por um lado, no contexto instável das discussões sobre um tratado franco-libanês ocorreu uma onda de violência, protestos e greves, opondo os grupos tradicionalmente rivais, segundo El-Solh, é nesse momento que começa a haver uma convergência das diferentes correntes. De forma geral, enquanto os separatistas abandonam a proteção francesa e aceitam o caráter árabe do Líbano, arabizando a narrativa histórica oficial do país e efetivando sua aproximação dos países vizinhos, os sirianistas e pan-arabistas abdicam da sua oposição à existência de um Grande Líbano separado ou do seu apoio à devolução para a Síria dos territórios anexados. Tal convergência culmina no

2 Estadistas defensores do separatismo e o alto comissariado francês se esforçaram para difundir a aceitação do fenecianismo e legitimar o novo Estado. Para tal, valeram-se principalmente do fomento às escavações arqueológicas, criação de museus nacionais com coleções fenecias e manutenção de um sistema educacional que enfatizava a história pré-islâmica do Líbano, a geografia local e os laços ancestrais mantidos com a França e com as civilizações do Mediterrâneo (KAUFMAN, 2004).

Pacto Nacional de 1943, selado entre as principais lideranças maronitas, xiitas e sunitas e constantemente referenciado até os dias de hoje, não obstante seu caráter oral.³

Se tal acordo revelou-se fundamental na formação de um consenso temporário e aquisição da independência, segundo Raghid El-Solh, foi superficial e antes uma tentativa das elites políticas libanesas encontrarem um *modus vivendi* em um país carente de unidade do que um real entendimento entre elas. Mas independentemente se superficiais ou efêmeros, estabeleceram-se pontos comuns entre correntes tradicionalmente opostas que se uniram para assegurar a soberania nacional diante de uma França relutante e combativa, conseguindo-a definitivamente logo após o término da Segunda Guerra Mundial (El-SOLH, 2004).

Nos anos subsequentes à independência, as elites maronitas, apegadas aos privilégios auferidos pelo Pacto Nacional, não estavam dispostas a abrir mão desses privilégios em prol de uma maior coesão nacional. Temerosas quanto às intenções de seus rivais, viam-se como os verdadeiros libaneses e não pretendiam ceder espaço na arena pública. Afora as divergências internas, no âmbito da política externa, enquanto uma parcela considerável clamava por uma maior participação do país nos assuntos árabes, cristãos independentistas não viam com bons olhos um envolvimento mais profundo nessas questões. Sem contar que, secretamente, uma parcela da sua liderança preferia estreitar os vínculos com os sionistas a se aproximar dos vizinhos árabes.

Paulatinamente, à medida que se difundia a febre pan-arabista também no Líbano, o frágil equilíbrio conseguido com o Pacto Nacional era cada vez mais contestado. O paroxismo da situação se deu após a “vitória” de Nasser na Guerra do Suez e a formação da República Árabe Unida (RAU), quando parecia a milhares de árabes que o “ressurgimento dourado” do seu povo estava próximo. As agitações giravam em torno da revogação dos privilégios maronitas e união com a RAU. Em 1958, as tensões culminaram na eclosão de um primeiro confronto civil. O efêmero embate terminou com uma intervenção militar estadunidense que assegurou o

3 Paralelamente à atribuição dos principais cargos políticos em linhas estritamente confessionais (presidente sempre maronita, primeiro-ministro sunita, presidente da Assembléia xiita e orador do Parlamento grego-ortodoxo), o Pacto estabeleceu uma maioria cristã no Parlamento. Como a principal base para tal foi o censo populacional de 1932, cabe destacar o sigilo e a politização posterior desse instrumento público, dado que pode legitimar eventuais demandas reformistas.

status quo, recalcando e postergando outra vez o atendimento das demandas dos oposicionistas.

Mais um fator adiciona-se à Questão Libanesa, quando, entre 1948 e a guerra civil de 1975, o país recebeu centenas de milhares de palestinos e suas lideranças, sobretudo após a invasão israelense de Gaza e Cisjordânia em 1967 e os conflitos com o Estado jordaniano. Desde a chegada da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) ao país as tensões político-sectárias se acirraram, cindindo as comunidades locais entre o apoio ou a expulsão dos novos emigrados. Com mais de 300 mil palestinos instalados no Líbano, rapidamente estes se tornaram um ator decisivo no jogo político local.

Como consequência das cizânias entre arabistas pró-palestinos e fenicianistas e dos choques entre milícias palestinas e libanesas, em 1975 iniciou-se a sangrenta guerra civil que já se desenhava desde os primórdios do país. O “jogo” (Salibi) das identidades religiosas no Líbano recomeçava a fazer suas vítimas. Os lados se engalfinhavam no confronto em torno do apoio ou não aos palestinos, da busca por reformas internas e para definir o passado e o futuro do país. Afloraram os ódios étnicos arraigados, culminando em uma generalizada barbárie.

Por se tratar de uma guerra civil, não poderiam faltar os elementos estrangeiros. Enquanto os palestinos se encontravam instalados no país desde 1948, no final da década de 1970 os sírios, amparados pelos soviéticos, invadiram o país pelo leste e os israelenses, aliados dos Estados Unidos, pelo sul. Se para os maronitas os grandes culpados pela deflagração do confronto eram os palestinos (“o mal a ser expurgado do país”), para muitos outros se tratava de reconfigurar o quadro sociopolítico libanês mediante implementação de demandas há muito existentes.

Nesse contexto, o Estado ruiu e diversas milícias foram formadas para combater tanto as outras seitas quanto facções rivais dentro da sua própria. Até o final da década de 1980 a guerra prosseguiu causando a destruição e ceifando milhares de vidas até que, enfim, exasperadas após quinze anos de embates, as partes chegaram a um consenso: foi assinado o Acordo de Ta’if. Os maronitas abriram mão de partes dos seus antigos privilégios, e fundaram um quadro político-representativo mais equânime entre as principais etnias do país prevendo, embora de forma vaga, o fim do confessionalismo. Com vistas a assegurar a hegemonia nacional, ao Hezbollah⁴ foi permitida a manutenção de armas no sul

4 Fundado no contexto da invasão israelense de 1982.

do país para combater Israel. Quanto às demais milícias, pelo menos no papel, teriam de ser desarmadas.

Consoante Evelyne Schmid sublinha, apesar do acordo ter ajudado pôr fim à guerra, no período posterior a esta ainda se verifica a continuidade das tensões entre as diferentes comunidades étnico-confessionais libanesas. Para a autora, Ta'if foi aceite mormente em virtude da falta de um consenso para implementar um acordo mais efetivo, ante a difícil solubilidade de questões centrais. Este foi excludente tanto ao desconsiderar a ideia de integrar verdadeiramente a população libanesa ao sistema quanto ao não oferecer diretamente a todos os partidos envolvidos nos conflitos civis assentos na mesa de negociações. Seguiu a lógica do “consenso”, e implicou a manutenção das principais lideranças comunitárias e aumento da corrupção.⁵

Quanto às tensões sectárias mais recentes no Líbano, destacam-se o assassinato do primeiro ministro Rafik Hariri, em 2005, e o desmantelamento do governo de coalizão encabeçado por seu filho, em face da oposição do Hezbollah e de Walid Jumblatt⁶ ao tribunal instituído para investigar o caso. Estas disputas e as anteriormente tratadas podem ser melhor compreendidas com base em uma reflexão mais detida sobre a dinâmica dos embates comunitários no Líbano.

4 ETNIA E CONFSSIONALISMO

Esta segunda parte do artigo retoma por meio de um viés psicossocial a problemática da construção de um consenso em torno de uma identidade nacional. Se na singularidade da história libanesa a concorrência belicosa dos seus grupos étno-confessionais acirrou os processos de exclusão e inclusão de categorias culturais para o suporte das fronteiras simbólicas entre as comunidades, ela não impediu completamente as interações mistas e que veio a promover um *savoir-vivre* comum. É o que tentaremos esboçar neste estudo das relações intergrupais, sublinhando que a construção de cada grupo é elaborada social e culturalmente em um isolamento relativo, que perpassa todas as suas histórias, feitas de crises e adaptações, invenções e empréstimos (BARTH, 2000).

5 Embasando-se na argumentação de Philip Le Billon, a autora situa o Líbano entre os países nos quais a corrupção, após conflitos armados, é responsável por “comprar a paz” e facilitar a criação de uma ordem política na qual as elites cooptam os grupos de oposição por meio de cargos e benefícios, evitando assim o conflito e promovendo uma estabilidade política (SCHMID, 2010).

6 Membro de uma família drusa tradicional.

Ao sustentar cada comunidade sua história nacional e interpretar de forma peculiar as interações regionais, as representações coletivas e míticas no Líbano se tornam o apanágio particular de cada grupo, transformando-as em tábua de interpretação da realidade e reguladora das relações entre os indivíduos. A adoção deste referencial, que se junta às mensagens dos seus personagens históricos, irá favorecer a coesão e a congruência grupal, estabelecendo sua organização social e um projeto comum. Ademais, a ideologia construída nas crenças confessionais e nos projetos políticos justificará um comportamento violento de combate, de aliança ou de distanciamento, e, desse modo, favorecerá estereótipos identitários ao mesmo tempo em que realça suas diferenças.

A história de sucessivos confrontos armados deixou em cada comunidade a memória de um passado de lutas e sofrimentos. Estas lembranças, vinculadas aos diferentes mitos fundadores, fazem com que cada grupo integrante do Líbano moderno tenha uma interpretação diferenciada da história do país. Tais referentes acabam por oferecer justificativas para se advogar uma hegemonia sobre as outras e impor sua própria memória como sendo a história do país. Entre os muitos atritos havidos, citemos as grandes manifestações de rua ocorridas nos anos 1960 contra a interpretação da história oficial que se deveria implantar nas escolas, segundo lideranças cristãs do Ministério da Educação. A tentativa foi considerada altamente fantasiosa até por professores da mesma comunidade e a reforma acabou não sendo implantada.

Muito sucintamente, observemos que o povoamento daquela região encontra seus traços já nos tempos bíblicos, motivado pela qualidade da madeira dos seus cedros para a construção de embarcações e templos. Mais tarde, com o advento do cristianismo e do Islã, sua geografia acidentada propiciou defesas seguras para minorias religiosas consideradas heréticas e perseguidas. Assim, bem antes, no alvorecer da história contemporânea das montanhas libanesas, suas comunidades foram se demarcando, seguindo o ritmo das perseguições sofridas em suas lutas recorrentes. O resultado foi uma colagem à comunidade (rigidificando suas fronteiras na procura de abrigo para a sobrevivência coletiva), uma desconfiança recíproca e um estado de alerta contínuo no percurso das relações interconfessionais.

O Líbano obteve seus contornos modernos a partir das suas montanhas, as quais guardam profundo valor simbólico por representar as vertentes

históricas das três comunidades que disputam o pioneirismo de chegada nas mencionadas montanhas: os druzos, os sunitas e os maronitas.⁷

Independentemente de quem foi o primeiro, na ótica dos historiadores, os druzos dominaram e foram os senhores por longo tempo da região, logo depois da sua chegada ao sul do Líbano (século XI) fugindo de perseguições religiosas sofridas no Cairo. Mais tarde, no século XVI, já eram conhecidos como os Emires da Montanha, passando a ter a responsabilidade de coletar os impostos locais para sua remessa anual ao Império Otomano (1515-1918). Em troca poderiam gerir seus domínios com relativa autonomia no seio do vasto império.

Entre os clãs que lideraram a hegemonia druzo, o principal personagem foi o Emir Fakhr-edine II, considerado o pai do Líbano moderno. Como foi um líder judicioso, este emir governou a relação com outras confissões, chegando a incentivar a colonização do Monte Líbano pela comunidade maronita. Naquela época estes cristãos estavam estabelecidos nas margens do rio Orontes, situado nas planícies interioranas do vale do Bekaa, na fronteira com a Síria atual. Viviam em relativo isolamento depois do século IV, como refugiados das perseguições da Igreja bizantina. Pelas lutas que Fakhr-edine II empreendeu contra o sultão otomano e pela preocupação provocada por seu crescente esplendor, em 1635 os exércitos deste último o exterminaram e toda a sua família.

A importância destas montanhas onde floresceu o Emirado Druzo não advém somente da sua posição geográfica, mas das suas características de centro de gravidade essencial para a região, motivo pelo qual os colonizadores ingleses e franceses concentraram seus esforços para dominá-las, utilizando-se de alianças e semeando a discórdia confessional entre as comunidades locais. Até então druzos e maronitas que viveram períodos de tensão armada, alternados de relações cordiais, administravam com relativa equidade a boa convivência nas montanhas. Enquanto os primeiros passaram a receber amparo dos ingleses, os maronitas cultivavam um laço de afiliação com os franceses desde o século XVI. Desta maneira, já no contexto do imperialismo, ambos serviam aos interesses estrangeiros de dominação colonial e de oposição ao Império Otomano.

7 Quanto aos xiitas, outra comunidade demograficamente relevante, concentraram-se principalmente na região sul, no monte Amil.

Em meados do XIX, com o maior desenvolvimento populacional da comunidade maronita, acrescido das suas importações para o comércio local de manufaturados do Ocidente, os druzos, que ainda fiavam sua seda na roca, conheceram a penúria financeira e passaram a se sentir inseguros na sua hegemonia. Esta situação teve consequências dramáticas entre 1840-1860, quando os combates recorrentes terminaram nas grandes chacinas de cristãos e desembarque das tropas francesas, que implantaram a *mutassarafia* e se consolidaram como protetores e referências identitárias.

A memória social destes funestos eventos vai se colar aos druzos como estigma de selvageria e terá um peso nas lógicas da guerra civil cem anos mais tarde. As batalhas da “Guerra da Montanha”, em 1983, assumiram o simbolismo de revanche, quando as milícias maronitas subiram as montanhas do Chouf amparadas pelas tropas israelenses sob o comando do general Sharon. Os milicianos intentaram expulsá-los das fronteiras libanesas e assim cumprir seus objetivos (que não foram alcançados) de formar um país constituído somente de cristãos. Este revanchismo, iniciado naqueles eventos do século XIX, fará com que G. Corm (1986) venha a caracterizar estas relações como a “cultura da discórdia”.

Retomando este sucinto histórico da montanha, a criação do Grande Líbano em 1920, com fronteiras demarcadas de acordo com os rogos maronitas, culminou na agregação de populações tradicionalmente rivais e sem nenhum desejo de co-habitar. A criação do Estado não foi suficiente para formar em sua curta história uma “alma coletiva” que una a pluralidade das comunidades étnico-confessionais libanesas.

O contexto no qual tal contradição fica mais explícita é o da guerra civil. Se tal conflito começou como uma revolução civil por um rearranjo na composição comunitária na direção do país, logo liberou os ressentimentos sectários embutidos nas memórias coletivas dos grupos envolvidos, transformando-a, junto com a Iugoslávia, na mais cruel guerra étno-confessional do século XX. Preconceito, ódio e jogo econômico-político engataram-se aos interesses de potências estrangeiras e vieram a reacender a luta de memórias que destruiu todo o país. Os combates ocorreram por entre os bairros, com ataques de milícias inimigas comendo chacinas e exigindo elevados esforços psicossociais das populações para manter suas resistências psíquicas. Por todo o país, bandos armados levantavam barreiras e executavam civis que portassem documentos da comunidade inimiga. Não houve grupo que não tenha sido obrigado a se deslocar. O efeito da guerra aumentou a homogeneidade

da população por região, deixando ainda mais acentuada a retaliação do país. Encerrado o conflito, enquanto alguns civis retornaram às suas residências, outros, por medo, mudaram de cidade ou venderam seus imóveis e emigraram.

5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA COMUNITÁRIO LIBÂNES

Atualmente o Líbano conta com aproximadamente quatro milhões de habitantes repartidos entre dezessete grupos étno-confessionais, embora somente seis possuam representação parlamentar e façam parte do tronco fundador do país. São eles: os muçulmanos sunitas, xiitas e druzos e os cristãos maronitas, gregos ortodoxos e gregos católicos.

Na época da independência, os maronitas representavam 25% da população e sempre lideraram iniciativas políticas particularistas pelo lado cristão (apoiados por muitos católicos e ortodoxos), apesar de contarem com intelectuais de expressão também em movimentos arabistas. Contudo, perderam parte da sua influência política, diante do crescimento populacional e da melhoria do nível educacional de outras comunidades, como a xiita. Em contraste, um grupo minoritário como os druzos, com aproximadamente 7% da população, tem por sua tradição um peso respeitável no jogo político nacional, mas sofre com rejeições tanto por parte dos muçulmanos que os consideram uma seita herética como de cristãos que, a despeito do bom convívio entre eles na montanha, guardam desconfiança e receios fundados nos massacres sofridos ora mencionados. Sunitas e xiitas se digladiam desde os eventos políticos ligados à sucessão do profeta Muhammad, ou seja, desde os tempos da fundação do islã.

Cindida em grupos de ritos e configurações sociais distintas, a sociedade libanesa nutre um sentimento de diferença irreconciliável que culmina em uma naturalização das suas particularidades. O investimento afetivo no próprio grupo induz à idealização e em seu extremo substancializa-a em essência diferenciadora atemporal. Diga-se, conduz a um sentimento de pureza quase racial. Lembremos que o termo nação, amplamente utilizado pelos colonizadores com um sentido enaltecido das particularidades locais, ainda é evocado para designar os distintos grupos confessionais.

A religião como conexão ao sagrado será o referente de orientação nos comportamentos, concorrendo, quando não determina, as diretrizes estratégicas que mobilizam os grupos concernentes. O que se vê então é a superposição de modelos de pensamento, a convergir para a

construção de um discurso grupal onde o entrelaçamento de princípios e revelações celestiais com a interpretação histórico-política dará legitimidade à causa defendida. Nesse âmbito, os rituais de fidelidade religiosa, incitando a devoção na ação política, desembocarão no sentimento de pureza étnica e de comunhão sectária. Estes cruzamentos irão provocar o entusiasmo desproporcionado e uma entrega desmesurada de abnegação do indivíduo ao seu grupo e à sua causa.

Como evidenciado, o sistema comunitarista libanês oferece condições para reforçar esses sentimentos, ao permitir que cada grupo administre seu patrimônio físico e cultural, com destaque para a realização e a validação do casamento, a regularização da herança e a manutenção de escolas. Os símbolos e rituais religiosos, dias feriados e comemorações comunitárias são respeitados e um indivíduo só goza dos seus direitos de cidadão se é registrado em uma comunidade que, diga-se de passagem, deve constar na sua carteira de identidade. Tal fato faz com que diversos casais laicos ou pertencentes a comunidades diferentes busquem efetivar seus casamentos em outros países.⁸ Um indivíduo não praticante da religião será tentado a participar dos seus rituais, pois, enfatizemos: além do abrigo afetivo que oferece esta união, participar da tradição religiosa é também contribuir para a visibilidade comunitária no xadrez da composição social do país.

A obrigatoriedade de portar registros oficiais de cidadania (cédula de identidade, certidão de casamento) conforme seu grupo de pertencimento coloca a comunidade como entidade obrigatória e sem escolha na defesa dos seus direitos básicos. Assim, o indivíduo fará parte de um conjunto fisiológico de pensamento religioso, de determinada organização social, de respeito a uma hierarquia civil que é inelutavelmente amarrada aos clérigos. Estes fatores vão organizar uma atitude ética em face do público e do privado e uma concepção própria do direito de cidadania.

Em linhas gerais, tais elementos diferenciadores irão determinar duas vertentes de opção cultural em relação ao “Ocidente”. Enquanto a maioria muçulmana e partidos de esquerda se voltam às raízes árabes e defendem a preservação mais purista das suas tradições, expressivas lideranças de partidos e comunidades cristãs, sobretudo maronitas, advogam costumes não árabes voltados à cultura ocidental. Estas

8 A campanha liderada pelo partido comunista em 1998 pelo direito do casamento civil praticamente não despertou nenhum interesse entre as comunidades para sua implantação.

correntes fragmentaram a sociedade em dois polos principais desde os anos do mandato francês, finalizando por desaguar na guerra de 1975-1990, que provocou a emigração de mais de um terço da população libanesa (um milhão de pessoas).

Do que vimos a assinalar, enfatizamos que esta configuração histórico-social marca profundamente o sujeito. Como cidadão ele compartilha de um sentimento comum de libanidade, mas constantemente será atravessado pelos referentes duros do pensamento étnico-confessional. Desse modo, ele vai destacar sua diferença nos filigranas da construção de uma identidade nacional a ser tecida entre todos.

O sistema de cotas confessionais, que se regulamenta pela Constituição e se refere às comunidade e não aos cidadãos como um todo homogêneo, faz do libanês um indivíduo virtual para o preenchimento de cargos públicos. Portanto, a redação do artigo concernente aos cargos no governo é discriminatória e justificada como sendo pelo bem e equilíbrio do Estado. Afora reforçar as fronteiras entre as comunidades étnicas, exclui os representantes dos grupos menores de qualquer função pública. Nessa ótica, um cidadão irá exercer uma função, primeiro pelo *status* da sua família, depois pela influência do seu clã e pela sua pertença comunitária, e enfim por sua competência profissional.

Este princípio de repartição confessional, embasado para organizar o *modus vivendi* nacional, irá, em razão da hierarquia dos direitos diferenciados, alimentar os conflitos e antagonismos comunitários para o preenchimento de todos os postos-chave na burocracia. Esta situação demonstra a fraqueza do Estado, como regulador das relações políticas, que se submete às leis do tempo da implantação do Pacto Nacional de 1943 e se vê limitado como um instrumento da vontade dos que preservam os velhos acertos, dos quais tiram seus proveitos. As lógicas comunitárias e individuais coexistem ao preço da tensão e da permanente concorrência entre seus representantes. Ao acordar a preponderância dos direitos comunitários em detrimento dos indivíduos, o Estado entra o desenvolvimento dos direitos igualitários da cidadania. Este problema não reside, segundo Nawaf Salam (1994), na inexistência do indivíduo, mas sim no fato de não ser ele politicamente reconhecido.

6 CONCLUSÃO

A luta pela sobrevivência real e simbólica, perpassada constantemente pela intransigência do pensamento político e sectário das diversas comunidades étnicas que se estabeleceram no Líbano, estimulou a

consolidação de alianças transfronteiras, envolvendo potências regionais (Irã, Síria, Israel) e ocidentais (EUA, França, Inglaterra), consideradas por uns como historicamente suas inimigas e por isso o sentimento de ultraje se alinha e se superpõe ao ódio ao “irmão traidor”. A fundação do Estado de Israel afetou ainda mais a tênue estabilidade geopolítica local, sobretudo pela aliança entre os maronitas e os sionistas durante a guerra civil, provocando a cristalização exacerbada do belicismo, já presente em sua história. Estados, nações, etnias e correntes ideológicas laicas ou religiosas se polarizam e guerreiam em múltiplas dimensões. Desse modo reforça-se intermitentemente a produção de uma fantasmática de horror, e com ela a produção de novos significantes que estruturam as dinâmicas inconscientes e as lógicas sociais.

Transportados através das gerações, os ícones de identificação étnica acabam obtendo significados a-históricos, e isto provoca, ao longo dos tempos, a ilusão da posse de traços imutáveis. Referida concepção só poderá radicalizar o sentimento de defesa identitária e de proteção de uma pretensa pureza dos seus adeptos. Destarte, esses referenciais coletivos naturalizados se tornam de tal maneira atrelados às cadeias de significações sociais que acabam se confundindo com a noção de sagrado que a ideologia transmite. Assim, articulada entre os indivíduos, a memória comunitária retém imagens e nexos para fornecer e sinalizar os valores e as excelências do bem, contrastando-o com o mal exterior encarnado na outra comunidade.

Uma nação é construída, entre outras coisas, com base no compartilhamento de uma memória social aceita por todos, na qual mitos fundadores servem de exemplos que exaltam sua história comum e satisfazem à imagem idealizada de um país onde seus cidadãos desejam viver reunidos. Seus ícones culturais deverão funcionar como paradigmas públicos de excelência a serem imitados em suas mensagens e que possam contribuir na montagem da imagem que se busca da pátria, e que vai naturalmente se refletir no amor próprio de cada um.

No contexto multicultural, uma comunidade que venha a reivindicar uma autenticidade “genuína ou pura” no seio da nação provocará a oposição dos grupos culturais vizinhos, sucedida do confronto aberto quando a qualidade reivindicada é percebida como ofensiva ou perigosa ao amor próprio (ao narcisismo) grupal das comunidades diferentes. Qualquer evento então pode se tornar catalisador da união coletiva e dele, por analogias e semelhanças, se extrair imagens e sentidos simbólicos

inerentes à história das suas relações com o grupo que se autoproclama puro ou superior. Então vai, o medo gerar respostas pulsionais dos seus representantes na defesa daquilo que é considerado sua essência e, portanto, colocando-os imaginariamente em perigo de morte. O traço simbólico comum se afirma como diferença instigadora, adquirindo tons provocadores para o grupo oponente. Logo as marcas distintivas se transformam em bandeira de luta, provocando a escalada de atritos e o seu engate à violência e à crueldade. Por um lado, o diferente vai oferecer o perigo da quebra desta relação especular e idealizante que o grupo constrói de si mesmo. Por outro, a alteridade de outro lado torna-se enigma e fonte de múltiplas interpretações: complexo, complicado, denso, enfim, perigoso e impossível de ser capturado.

No País dos Cedros a comunidade tem preponderância na modelagem cidadã. A sociedade do pós-guerra civil e dos bombardeios israelenses de 2006 permanece tensa, concorrencial e precarizada. O desmantelamento da sua infraestrutura, o sistema educacional público sem recursos e a assistência à saúde quase inexistente incentivam à relação paranoide de abandono e de perseguição, obrigando o sujeito a procurar esses serviços em sua comunidade, reforçando o ciclo da separação. Mesmo submetidos a uma lei de Estado comum, com todos exaltando a reconstrução de um Líbano renovado, a sociedade atual não oferece ao cidadão perspectivas de um futuro positivo e esperanças de que as relações intergrupais irão se transformar. Então, voltam-se ao grupo de referência, no seio do qual encontram o companheirismo dos amigos e o conforto espiritual. O pensamento sectário é reforçado na medida em que são reinvestidos afetivamente os vínculos com suas unidades sociais intragrupos (grupo familiar, tribo, clãs, clérigos) e o que elas significam como sentido de marco e de conteúdo para todos. A introjeção destas conexões trans-subjetivas exacerba um sentimento de um destino comum diferenciado, diga-se, isolado. As singularidades individuais terão sua expressão a partir deste processo de subjetivação ao qual cada sujeito étnico estará submetido.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

COHEN, R. Ethnicity: Problem and focus in anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 7, p. 379-403, 1978.

CORM, G. Géopolitique du conflit libanais. **Paris**: La Découverte, 1986.

- EL-SOLH, R. **Lebanon and arabism:** national identity and State formation. London: I. B. Tauris & Co Ltd., 2004.
- FIRRO, K. **Inventing Lebanon:** nationalism and the State under the Mandate. London: I. B. Tauris & Co Ltd., 2003.
- KAUFMAN, A. **Reviving Phoenicia:** in search of identity in Lebanon. London: I. B. Tauris & Co Ltd., 2004.
- PIPES, D. **Greater Syria:** the history of an ambition. New York: Oxford University Press, 1990
- SALAM, N. Individu et citoyen au Liban. In: KIWAN, F. (org.). **Le Liban d'aujourd'hui**. Paris: Ed. CNRS, 1994.
- SALIBI, K. **A house of many mansions:** the history of Lebanon reconsidered. Beirute: American University of Beirout, 2006.
- SCHMID, E. Consensus, corruption and crisis: Lebanon after the ta'if Agreement. **Al-Mashriq: a quarterly jornal of Middle East Studies**, v. 9, n. 34, Sep. 2010. Mooroolbark: Syria-wide.
- TAJFEL, H. La catégorisation social In: MOSCOVICI, S. **Introduction à la psychologie social**. Paris: Larousse, 1972, p. 272-303.
- TRABOULSI, F. **A history of modern Lebanon**. Londres: Pluto Press, 2007.
- ZUGUEIB, J. **L'influence du bouleversement social sur le processus identitaires et les conditions psychiques des citoyens. Le cas des Druzes du Liban**. Tese (Doutorado) - Universidade de Toulouse II le Mirail, 2000.